

## Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas

## Women in Politics: Challenges and Perspectives

*Marcella Barbosa Miranda Teixeira(1); Carolina Maria Mota Santos(2)*

1 Pontifícia Universidade Católica/MG (PUC Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil.

E-mail: marcellabmt@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6818-5561>

2 Pontifícia Universidade Católica/MG (PUC Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil.

E-mail: cmmotasantos@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8830-8170>

**Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, vol. 10, n. 2, p. 178-197, Julho-Dezembro, 2020 - ISSN 2237-7956

[Recebido: Dezembro 28, 2019; Aprovado: Junho 17, 2020; Publicado: Fevereiro 28, 2021]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2020.v10i2.3817>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editora-chefe: Giana de Vargas Mores

Editor Técnico: Wanduir R. Sausen

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

## Resumo

O caso de ensino apresenta a trajetória de vida e de atuação política da única vereadora mulher na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, Maria Regina Braga. Neste caso, Regina relembra as dificuldades enfrentadas para se manter na política por cinco mandatos consecutivos e fala das suas aspirações futuras. Os dados foram coletados por meio de duas entrevistas, no *Facebook* da vereadora e no site da Câmara Municipal de Ouro Preto. O caso propõe que os/as alunos/as analisem a situação das mulheres na política, ao mesmo tempo em que traz uma reflexão a respeito dos desafios enfrentados e as perspectivas futuras.

*Palavras-chave:* Caso de ensino, Mulheres na política, Desafios

## Abstract

The teaching case presents the life and political trajectory of Maria Regina Braga who is the only councilwoman in the city of Ouro Preto/MG. In this case, Regina remembers the difficulties faced to keep herself in politics for five consecutive mandates and reports about her future aspirations. Data were collected through two interviews, on Regina's Facebook and on the City Council of Ouro Preto website. The case proposes that the students analyze the situation of women in politics, at the same time that provides a reflection about the challenges and future perspectives.

*Keywords:* Teaching case, Women in politics, Challenges

## 1 Introdução

A sociedade patriarcal manteve as mulheres excluídas da vida pública e estabeleceu seu papel social no lar, restringindo-as com a função do cuidado da casa e da família, com a justificativa de que a natureza feminina era incompatível com as atividades políticas. Como consequência, as mulheres tiveram que lutar para conquistar espaços, além do âmbito familiar e doméstico. Dessa forma, os estudos de gênero (Scott, 1995; Nicholson, 2000; Butler, 2015) são importantes para desmitificar os estereótipos de gênero e transformar o modelo patriarcal em que a sociedade é fundamentada (Hirata, Laborie, Le Doaré, & Senotier, 2009).

Apesar de estarem inseridas no mercado de trabalho e de serem maioria em todos os níveis da educação (IBGE, 2018), as mulheres enfrentam o preconceito, a dupla jornada de trabalho e a divisão sexual do trabalho (Hirata, & Kergoat, 2007). Além disso, percebe-se que poucas mulheres participam diretamente da política no Brasil e no mundo, ou seja, houve pouco avanço nesse espaço (Vaz, 2008; Pinto, 2014; Martins, Lopes, Oliveira, & Oliveira Medeiros, 2017; Navas & Costa, 2017; Souza, 2018).

Na eleição presidencial no Brasil, ocorrida em 2018, não houve aumento expressivo na participação das mulheres na política, uma vez que foram eleitas 77 mulheres dos 513 cargos de deputados federais, representando 15% dos deputados federais eleitos. Entretanto, essa foi a maior representação das mulheres no Congresso desde a conquista do sufrágio feminino no Brasil (IPO, 2018).

A eleição de 2016, realizada no Brasil para os candidatos a vereadores e prefeitos, teve 9.243 vereadoras eleitas, representando 13,43% do total de 68.846 cargos de vereadores a serem preenchidos. Nessa eleição, candidataram-se para o cargo de vereadores 158.450 mulheres (31,89%) e 338.438 homens (68,11%) (TSE, 2019). Nesse sentido, apesar do aumento da participação das mulheres na política, o que se percebe no Brasil é que não houve um crescimento significativo no número de mulheres eleitas (Pinto, 2014), ou seja, há um desequilíbrio na representação de homens e mulheres na política (Vaz, 2008).

Verifica-se que existe uma sub-representação das mulheres na política brasileira (Vaz, 2008; Oliveira, 2013), sendo necessário dar visibilidade às mulheres que conseguiram se lançar e se manter na política e aprofundar na discussão sobre essa temática. Matos (2010) afirma que é urgente e importante verificar quais são os obstáculos enfrentados pelas mulheres brasileiras para a inserção na política, para uma melhor compreensão das causas da pouca representação feminina nas assembleias do país.

Portanto, este caso de ensino apresenta a trajetória de vida da vereadora Maria Regina Braga, conhecida como Regina Braga, única mulher vereadora, no total de 15 vereadores, na cidade de Ouro Preto, no interior de Minas Gerais (CMOP, 2019). Nesse caso de ensino, a vereadora relembra a sua trajetória vivida na política desde o

ano de 1997, como Secretária Municipal de Administração e como vereadora em seus mandatos na cidade.

Regina tem cinco mandatos consecutivos como vereadora, mas ela questiona o fato de não conseguir crescer, ou seja, possui o desejo de ser candidata à Prefeitura ou, pelo menos, à vice da cidade, mas encontra barreiras do partido e dos próprios colegas políticos para se candidatar a esses cargos. Além disso, verifica-se que, de acordo com as informações da Câmara de Vereadores de Ouro Preto, Minas Gerais, apenas outras três mulheres foram eleitas vereadoras na cidade no mesmo período em que Regina foi vereadora, de 2001 a 2019 (CMOP, 2019).

A partir dos desafios vividos por Regina e da realidade das mulheres na política, busca-se responder: Quais os desafios enfrentados e perspectivas futuras para as mulheres na política no Brasil? Esse caso de ensino trata da apresentação do caso da única vereadora mulher da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais e está dividido em: introdução; referencial teórico, abordando mulheres na política no Brasil; herança dos pais e trajetória de vida; relacionamentos e maternidade; desafios das mulheres na política e perspectivas futuras. Após, apresentam-se as notas de ensino e as referências utilizadas e sugeridas.

## 2 Mulheres na Política no Brasil

Após luta das feministas brasileiras, a conquista de votar e serem votadas ocorreu em 1932, pelo Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932. Em seu artigo 2º, o decreto considerava como eleitor “o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo” (Brasil, 1932, p. 01). Com isso, as mulheres começaram a participar da política brasileira. Em 1933, foi eleita a primeira mulher deputada federal para o parlamento brasileiro, a médica Carlota Pereira de Queiroz, pela chapa única de São Paulo. A deputada participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, integrando a Comissão de Saúde e Educação e foi pioneira na política defendendo os interesses das mulheres (Sow, 2010).

Já a primeira mulher eleita como deputada estadual no Brasil foi Suely de Oliveira, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ocupando um assento na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período de 1950 e 1974 (seis legislaturas no total). Suely por 16 anos foi a única mulher deputada na Assembleia Legislativa gaúcha (Pinto, 2014). A primeira prefeita mulher do Brasil e da América do Sul, Alzira Teixeira Soriano pelo Partido Republicano, foi eleita em 1928, antes mesmo do sufrágio feminino em âmbito nacional, no município de Lajes no estado do Rio Grande do Norte (RN). O RN foi o estado brasileiro pioneiro no voto feminino (Vaz, 2008; Sow, 2010).

Além da conquista do voto, em 1997, foi aprovada a Lei das Eleições, Lei nº 9.504, de 30 de setembro desse ano, conhecida pela Lei de Cotas. Em seu artigo 10, parágrafo 3º estabelece que o “número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (Brasil, 1997, p. 03).

Para Vaz (2008), a implementação da Lei de Cotas contribuiu para reconhecer a disparidade de gênero e dar visibilidade à exclusão das mulheres na política. É considerada como uma das principais ações com o objetivo de reduzir a desigualdade de gênero na política (Barbieri, Ramos, & Moraes, 2019). Porém, após mais de duas décadas da sua implementação, o Brasil ainda possui uma baixa representação de mulheres na política. No *ranking* da União Inter-Parlamentar (IPU), que considerou 193 países, o Brasil possui uma das piores taxas de presença delas no Parlamento na América Latina e no mundo, estando na 133ª colocação (Barbieri et al., 2019; IPU, 2019).

A explicação da baixa representatividade feminina na política brasileira se dá por diversos fatores, entre eles: sistema eleitoral adotado pelo Brasil - sistema proporcional de lista aberta, que prejudica a eleição de mulheres; processo de recrutamento dos candidatos e candidatas pelos partidos políticos, que privilegia os homens; recurso financeiro destinado às campanhas de candidatas mulheres; ausência de sanções do descumprimento da Lei de Cotas (Barbieri et al., 2019).

Além dessas dificuldades encontradas pelas mulheres no espaço político, há dificuldades encontradas no ambiente do lar. As mulheres ainda são as responsáveis pelo cuidado da casa e da família e a conciliação entre o trabalho doméstico e o trabalho público. Essa divisão sexual do trabalho aumenta a carga de trabalho das mulheres e é um dos fatores que afetam sua presença na política (Hirata, & Kergoat, 2007; Krook, & Norris, 2014).

Outra dificuldade encontrada é a questão cultural. O Brasil é um país conservador e machista, impedindo que as mulheres sejam candidatas e eleitas (Navas, & Costa, 2017; Souza, 2018), sofrendo intimidações, assédio moral, violência sexual e até violência física (Krook, 2017). As mulheres também enfrentam o descrédito, a falta de confiança e de reconhecimento e são desqualificadas e deslegitimadas, sendo humilhadas ou ridicularizadas nesse ambiente (Araújo, 2016; Carniel, Ruggi, & Ruggi, 2018). Por fim, tem-se a dificuldade das mulheres de ocupar cargos de liderança e de decisão, ainda que tenha vasta experiência e qualificação (Raseam, 2015).

### 3 A Herança dos Pais e a Trajetória de Vida

“( . . ) quer saber?  
Eu vou realizar o sonho do meu pai!”

Maria Regina Braga nasceu no ano de 1964 no menor distrito da cidade de Ouro Preto, no interior de Minas Gerais, chamado Engenheiro Correia. Segundo ela, seus pais sempre gostaram de política e perceberam a sua importância. A família teve contato com esse assunto, apesar de nunca terem se candidatado a algum cargo. Os

pais lideraram as questões importantes no Distrito e foram responsáveis por melhorias que ocorreram lá.

O pai de Regina era dono de uma mercearia no distrito, sonhava que a filha estudasse Medicina e a apoiou nos estudos. Porém, Regina prestou vestibular e decidiu cursar Administração, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Após ajuda de sua irmã, contou para o pai sobre a mudança de área. Para Regina foi uma época difícil, porque ela morava com a irmã em Belo Horizonte, que a privava de tudo.

Após se formar, Regina fez o concurso da Caixa Econômica Federal (CEF) em Belo Horizonte. Após realização da prova do concurso, seu pai a chamou para voltar para Engenheiro Correia para dar aula até que aguardasse o resultado. Regina foi professora da quinta ao nono ano em outro distrito de Ouro Preto, vizinho ao seu, chamado Miguel Burnier. Um tempo depois, a Caixa anunciou a chamada do concurso e Regina voltou para Belo Horizonte para trabalhar.

Regina afirma que seus pais consideravam importante que o Distrito tivesse um/a representante oficial como vereador/a na cidade, porque os pais atuavam nos “bastidores”. Com isso, eles tentaram lançar a campanha do irmão de Regina e depois de um empregado deles na política. A investida não deu certo por não terem o dom da política, na opinião de Regina, apesar de ambos serem populares e queridos pela comunidade. Para Regina, ter o dom da política significa ter uma entrega, se empenhar em prol das pessoas: “Você tem que querer, você tem que gostar, se entregar, se empenhar, (. . .), saber ouvir e dar atenção às necessidades das pessoas”.

Além disso, a vereadora considera que, para ter uma boa política, é necessário ter uma boa gestão, “gerir bem os recursos públicos a favor do povo”, de forma participativa e ouvindo os cidadãos. Para Regina, a família foi sua principal impulsionadora na política. E relembra com carinho o apoio da mãe e sente tristeza pelo pai não ter a visto eleita:

Meu pai, por exemplo, eu tenho uma frustração dele ter morrido. Quando eu fui eleita, ele já não estava mais aqui. Quer dizer, eu quis realizar o sonho dele, e ele não estava mais aqui quando eu fui eleita. Mas a minha mãe estava, minha mãe, nossa, minha mãe me ajudou demais. Tanto é que quando ela morreu foi um vácuo enorme na minha carreira política. Ela me ajudava muito. Então é isso, eu nessa de realizar um sonho deles, mas eu acho que no fundo eu tenho esse dom.

Foi após a morte do pai, quando já trabalhava na CEF há sete anos, em 1996, que Regina decidiu “realizar o sonho do pai” de entrar na política. Afirma que escolheu o seu grupo político por influência de sua mãe, participante ativa nos bastidores da política. Além disso, a vereadora detalha que ela a acompanhava e a ajudava a acolher as pessoas, a ouvir suas necessidades, principalmente na região do distrito onde nasceu.

Licenciada da CEF, candidatou-se como vereadora para o mandato de 1997 a 2000. Regina não ganhou, porém teve uma votação expressiva: “E quase ganhei, você

acredita? Fiquei por uns quarenta votos para ganhar. Imagina que tinha 20 anos que eu estava fora e daí eu volto, né?”. Regina afirma que o prefeito do grupo político ao qual era filiada foi eleito. Em razão da sua expressiva votação, ele ficou impressionado com a força política dela e a convidou para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Administração. Regina aborda como foi:

Então, acho que não botou muita fé não, né, vem a menininha da capital, e coisa e tal. Aí quando veio a minha votação, então ele viu o capital político de votos. Essa menina tem voto, né. Então eu vou chamá-la para o meu grupo por causa dos votos, essa menina tem capital político, ela tem voto.

Regina assumiu o cargo e, segundo ela, foi uma época complicada, porque a folha de pagamento da Prefeitura de Ouro Preto era cerca de 98% do orçamento, uma época em que era obrigatório fazer o concurso. Por iniciativa dela, a Prefeitura demitiu todos os funcionários comissionados e terceirizados e realizou concurso, que teve mais de três mil inscritos. Ela destaca que teve coragem de tomar uma atitude que nenhum governante anterior tinha tomado, por ser uma atitude impopular, ou seja, demitir e realizar concurso.

Após esse período, em que eles “enxugaram a máquina”, Regina afirma que a administração conseguiu realizar uma reforma administrativa, investimentos e melhorias, como o asfalto em alguns distritos da cidade e a construção do hospital com o recurso do IPTU. Regina afirma que foi elogiada quando ocupou o cargo de Secretária Municipal de Administração, que surpreendeu com o trabalho realizado e com a liderança com os servidores da secretaria. Fala que o seu jeito de acolher e ouvir as pessoas é o seu diferencial:

Então muita gente ia lá desesperado, e eu não tinha muito o que dar, mas eu ouvia e as pessoas saíam de lá satisfeitas, porque, às vezes, eles queriam desabafar, sabe. Então eu era aquela mãezona que ouvia, então eu era muito querida pelos servidores.

Mesmo com a medida impopular e, por ter realizado uma boa gestão enquanto Secretária Municipal de Administração, Regina ficou conhecida em Ouro Preto e foi eleita como vereadora nas cinco eleições seguintes, para os mandatos de 2001-2004, 2005-2008, 2009-2012, 2013-2016, e o mandato atual de 2017-2020 (CMOP, 2019).

## 4 Relacionamentos e Maternidade

“( . . . ) a política é um negócio que parece que enfeitiça a gente, suga a gente. Quando você vê, você perdeu muita coisa por causa da política”.

Regina conta que a política exige dedicação, o que acaba prejudicando a sua vida pessoal. Ela trabalha cerca de quatorze horas diárias. A vereadora fala que muitas pessoas acham que os/as vereadores/as só trabalham nas reuniões da Câmara, que na

cidade de Ouro Preto ocorrem duas vezes na semana. Regina afirma que o trabalho “não se resume a isso” e completa:

Então, chamou o vereador a gente tem que ir, chamou a gente tem que ir para as reuniões, né. São reuniões fora daqui, às vezes, à noite, a maioria, porque você tem que esperar a pessoa chegar do trabalho, são as audiências públicas, né. E aí deu problema na escola, aí você tem que ir à escola, deu problema no posto de saúde, a reunião é no posto de saúde. Há casos, por exemplo, está tendo caso de muito alcoolismo, você tem que ir, está tendo caso de abuso, você tem que ir. Tudo é o vereador, né, é o político mais próximo do povo, é o que o povo mais procura.

Regina fala que, com as redes sociais e aplicativos de mensagens, as pessoas a procuram a todo o momento, até mesmo de madrugada, para resolver problemas. No relato, conta algumas situações:

Então, o primeiro que ele lembra é o vereador, que é o representante dele, para brigar por ele, pelo menos para xingar e para falar aqui na Câmara que ele não foi bem atendido ou que o médico não estava lá. Então, na hora do desespero é o vereador. Então, às vezes, de madrugada liga, às vezes, altas horas, entendeu e você tem que sair porque ele está te chamando lá na UPA, porque o filho dele está ou a mãe dele está mal e não tem um médico para atender. Ele quer que você vá lá para brigar por ele. Então é assim, é tudo muito próximo. Às vezes tem briga na rua dele, tem gente atirando na rua dele, é desse jeito: ‘Está tendo uma confusão aqui, está tendo uma violência danada aqui, tem gente atirando, como é que a gente faz, pelo amor de Deus’. É tudo assim, então não tem hora, não tem dia, não tem final de semana. E quando tem um casamento do filho, ele quer que você vá também. Tem a parte boa. Quando tem o batizado do filho, ele quer que você vá também. Ele quer a sua presença, entendeu.

A vereadora atribui a política como um casamento, pela dedicação e pelas horas de alegria e tristeza: “você vive isso o tempo todo, na alegria e na tristeza, é igual casamento”. E afirma que, em algumas situações, deixa de resolver seus próprios problemas em prol dos problemas das outras pessoas. Regina afirma que a política já prejudicou suas relações amorosas: “vários relacionamentos meus dançaram por conta da política”.

Em uma dessas relações, ela adotou seus dois filhos. Regina tem dois filhos adotivos. Ela relembra que viveu uma época difícil, porque estava sozinha para cuidar dos meninos que ainda eram pequenos. Mas conta que sempre teve uma rede de apoio para auxiliá-la na criação dos filhos:

Eu sempre tinha o apoio da família e de pessoas boas lá em casa, sempre tive empregadas boas, né, que sempre me ajudaram com eles. E amigos também, né, porque na política a gente acaba fazendo muitos amigos. Então, eu sempre fui muito bem apoiada, se fosse eu sozinha eu não sei, né. Eu sempre tive muito apoio e muita força, muita gente me aparando também. Venci!



Na sua visão, a política exige muita dedicação e não há um equilíbrio entre vida pessoal e política, “tende mais para a política”, o que acaba diminuindo seu tempo para os filhos e família. Porém, afirma que sempre tenta se organizar para participar de tudo na vida dos filhos.

Outra questão que Regina comentou foi sobre a homossexualidade. A vereadora aborda que nunca sofreu preconceito diretamente, mas que acredita que possa ter perdido votos por esse motivo. Além disso, Regina afirma que, se não fosse homossexual, talvez conseguisse avançar mais na política. Revela que o fato de ser homossexual e mulher é muito desafiador na política, principalmente, por estar em Ouro Preto, uma cidade tradicional, em sua visão. Segundo Regina, a cidade mineira com mais de 300 anos de história, teve apenas uma prefeita mulher e nunca teve uma mulher presidenta da Câmara de Vereadores.

## 5 Desafios das Mulheres na Política

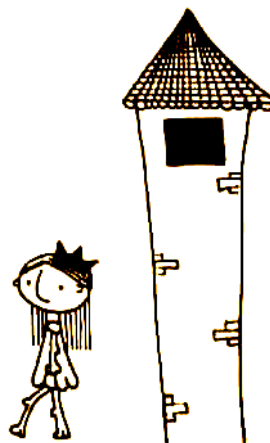
Regina afirma que os desafios são grandes para as mulheres e que sofreu na política. Conta que não teve apoio de seu partido nas suas candidaturas e teve que trabalhar sozinha, e arcar estratégica e financeiramente para ser eleita. Regina relembra da mãe com muito carinho e afirma que foi ela quem a ensinou e a preparou para a política, porém, com a morte dela, em 2007, sente-se sozinha.

A vereadora postou, a Figura 1 na rede social *Facebook*, a imagem de uma princesa que se salvou sozinha, sem a ajuda do príncipe e afirma que é a história de sua vida: “Resumindo é assim: eu sou aquela princesa que se salvou sozinha, aí tem a torre da Rapunzel e a princesa indo embora, não tem aquele príncipe que salva ela da torre, né?”.

Figura 1. A princesa que se salvou sozinha

ERA UMA VEZ  
UMA PRINCESA  
QUE SE SALVOU  
SOZINHA

FIM



Fonte: *Facebook* da vereadora.

Relata que, com a Lei de Cotas, os partidos precisam completar os 30% obrigatórios de candidatas mulheres, porém é comum que muitas não se envolvam efetivamente na política. A Lei de Cotas, Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece que cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Porém, mesmo com essa ação afirmativa, não houve um aumento significativo da participação das mulheres na política brasileira (Carniel et al., 2018). Na visão da vereadora, são poucas mulheres na política uma vez que:

Porque primeiro é um jogo pesado, pesadíssimo. Muito pelo preconceito mesmo, pelo machismo, sabe. Não é fácil não. (. . .) E por ser um jogo muito pesado, você tem que ser muito forte, ser muito disposta, a essa entrega, a entrega, a essa luta diária. São vários leões por dia que você tem que matar.

Apesar disso, Regina observa que as mulheres são maioria também nas lideranças sociais, mas que isso não se reverte na participação dessas mulheres na política formal:

Por incrível que pareça, as mulheres, elas lideram as questões sociais, se você prestar atenção. Você pega os programas sociais nos bairros, sempre tem uma mulher à frente, mas não vem para a política, engraçado isso, né, não aparece. E é isso que eu acho que seria importante, a participação delas na política.

Essa afirmação está de acordo com o que aborda Almeida (2018), de que as mulheres são maioria na política informal, formada por movimentos sociais, como: movimentos estudantis, sindicais, feministas, de igualdade racial, em ONGs, já que foi nesses movimentos que as mulheres tiveram mais acesso para reivindicar seus direitos e de serem ouvidas. Segundo a autora, a participação das mulheres na política informal não resultou na participação na política formal, porque as mulheres encontram dificuldades institucionais, como falta de apoio dos partidos políticos e descumprimento da Lei de Cotas.

Outro desafio posto por Regina é que, nos outros mandatos, em que outras mulheres foram eleitas, não havia uma união entre elas, nem mesmo para pautas relacionadas às mulheres. A vereadora faz uma reflexão sobre essa questão: “O que foi um erro também, talvez se a gente tivesse, teriam mais mulheres hoje, a gente perdeu com isso, elas saíram, né. Agora só ficou eu”.

A vereadora conta que sofre com “piadas” de seus colegas vereadores nas assembleias da Câmara, como: “está nervosinha, hein, vereadora?”, “Você vai enfartar, cuidado para você não enfartar”. Para ela, são frases e insinuações preconceituosas que deslegitimam sua capacidade de estar nos debates da Câmara de Vereadores.

Regina relembra que teve dificuldades no início do atual mandato (2017-2020). Primeiro porque ela era de oposição ao prefeito, segundo por seu partido ter elegido apenas dois dos quinze vereadores de Ouro Preto. Terceiro porque Regina era a única experiente do grupo de oposição (os outros dois colegas eram novos na política), assim,

sentiu a responsabilidade de liderar o grupo. Em razão disso, Regina diz que teve que se impor em muitas situações. Hoje ela afirma que todos a respeitam, mas ela teve que buscar esse respeito e mostrar que era capaz.

Regina conta duas situações que ocorreram na Câmara de Vereadores que revelam as discriminações que sofre, de forma indireta. Sobre a primeira situação, Regina ressalta que cometeu um erro em uma Assembleia da Câmara: ela não conhecia a nova legislação de abertura de empresas e estava lendo os contratos de licitação da Prefeitura e percebeu que o termo “Eireli” estava aparecendo nos contratos, assim indagou na Câmara: “o prefeito está contratando muito esse sobrenome “Eireli”.

Os vereadores não prestaram muita atenção na hora, mas uma pessoa que estava no auditório enviou uma mensagem para ela por celular, informando que o termo “Eireli” significa Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e é uma modalidade de empresa dessa nova legislação, parecida com o MEI, Microempreendedor Individual. Com isso, Regina pediu a palavra na tribuna e fez a correção: “Gente, deixa eu me corrigir aqui: Eireli não é sobrenome não, Eireli agora é tipo um MEI”. Depois disso, Regina conta que uma pessoa fez um “meme” dela e colocou que era uma vergonha uma vereadora formada em Administração não saber o que era Eireli. Isso repercutiu na cidade e seus colegas vereadores usaram disso para ironizá-la em outra reunião da Câmara. Essa situação vai encontro com o que aborda Araújo (2016) e Carniel et al. (2018), de que as mulheres são ridicularizadas nesse ambiente.

A segunda situação ocorreu em outra reunião da Câmara, em que o seu presidente mencionou o nome de Regina de maneira irônica, atrelando o nome da deputada a um outro político, com o objetivo de difamar a vereadora. Porém, conta que respondeu a essas provocações com o mesmo tom. Regina afirma que essas situações estão ligadas ao fato de ela ser mulher, à falta de credibilidade, ao estereótipo de gênero, ao preconceito e ao machismo.

Regina afirma que “tem hora que as próprias mulheres não acreditam nas mulheres, se acreditassem, a gente tinha mais mulheres na política, porque nós somos maioria”. A questão do preconceito, estereótipo de gênero e machismo está ligado à cultura da sociedade em acreditar que as mulheres são inferiores.

## 6 Principais Projetos na Política

“Eu levo muito à sério essa coisa do legislar”.

Pela sua formação em Administração e por já ter sido Secretária Municipal de Administração, a vereadora Regina Braga atua principalmente na área de obras públicas e finanças públicas, participando das Comissões da Câmara de Vereadores:

Comissão de Finanças Públicas – em que foi presidente, Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Administração e Serviços Públicos – em que foi presidente (CMOP, 2019). Percebe-se que a vereadora também atua nas questões sociais e da saúde, de mulheres, jovens e idosos. Dentre os mais de 70 projetos de leis de sua autoria, destacam-se dez informados pela vereadora:

- Projeto de lei ordinária que autoriza o município a instituir o programa de integração municipal para prevenção e combate ao uso de drogas;
- Projeto de lei ordinária que autoriza o executivo municipal a firmar parcerias com empresas privadas, objetivando a colocação de lixeiras e coletores de lixo nos logradouros públicos do município;
- Projeto de lei ordinária que institui prioridade para pessoas idosas na aquisição de moradia própria nos programas habitacionais do município;
- Projeto de lei ordinária que dispõe sobre o oferecimento de merenda escolar no período de férias para alunos carentes da rede municipal de ensino;
- Projeto de lei ordinária que dispõe sobre a criação da ouvidoria da mulher no município;
- Projeto de lei ordinária que autoriza o executivo municipal a instituir e incluir no calendário municipal de eventos a semana de saúde da mulher;
- Projeto de lei ordinária que institui a semana municipal de incentivo à doação de órgãos;
- Projeto de lei ordinária que dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais no município;
- Projeto de lei ordinária que institui no município o programa primeiro emprego para inserção de jovens no mercado de trabalho;
- Projeto de lei ordinária que institui no município de Ouro Preto o “Setembro Amarelo” - de prevenção ao suicídio.

Além desses projetos de leis de autoria da vereadora, verifica-se, em seu *Facebook* e no site da Câmara de Vereadores de Ouro Preto, que protocolou inúmeros requerimentos solicitando melhorias nos bairros e distritos da cidade, como por exemplo manutenção de estradas, limpeza de ruas e córregos, melhorias na acessibilidade e na iluminação pública, abastecimento de água e infiltrações, regularização na coleta de lixo e no transporte escolar e solicitação de academia ao ar livre. A Figura 2 mostra uma das postagens dessas solicitações.

## Figura 2. Solicitação de obra de infraestrutura em Ouro Preto/MG



Fonte: Facebook da vereadora.

Outro tipo de postagem realizada pela vereadora tem o objetivo de fiscalizar o andamento das atividades, projetos e leis da Prefeitura da cidade. Com o título: “Estamos de olho”, a vereadora protocolou requerimentos, solicitando informações sobre gastos e projetos. A Figura 3 exemplifica uma dessas postagens:

## Figura 3. Postagem de fiscalização de Regina Braga



Fonte: Facebook da vereadora.

## 7 Perspectivas Futuras

Regina conta que sente orgulho de onde está hoje, entretanto, afirma que não quer mais se candidatar para o cargo de vereadora. Ela sente que está estagnada e gostaria de crescer. Regina, mesmo sendo a vereadora mais experiente, não conseguiu ser presidente da Câmara dos Vereadores, nem se candidatar como vice-prefeita da cidade de Ouro Preto. Ela percebe uma resistência para que avance na política por ser mulher: “mas eu queria mais, acho que eu merecia mais também, esse reconhecimento”.

Regina conta que foi preciso muita luta e houve sofrimento nesses anos de dedicação à política. Ela se sente cansada, frustrada e decepcionada por não conseguir avançar. Atrela essa dificuldade ao machismo, conservadorismo e tradicionalismo da cidade. Segundo ela, a cidade mineira possui mais de 300 anos de história, teve apenas uma prefeita mulher e nunca teve uma mulher presidenta da Câmara de Vereadores.

A entrevistada acredita que essa situação pode mudar, pois há uma política pública que reserva 30% do fundo partidário para as candidaturas das mulheres, e há a intenção dessa política ser aplicada em nível municipal no Brasil. Com isso, Regina se vê mais convencida de que essa ação possa trazer mais mulheres para participarem da política.

Apesar de achar que as mulheres não conseguem ascender na política, Regina reconhece os avanços conquistados e espera que a presença feminina no poderio político continue a crescer:

Porque há pouco tempo, a gente não podia nem votar, né? E hoje a mulher está, eu tenho percebido isso, fazendo uma leitura, as mulheres estão deixando os homens para trás. Ela está estudando mais (. . .) Eu espero que na política isso aconteça também, sabe, que a gente avance, né? Na política ainda está bem aquém, né. Mas se nas outras áreas as mulheres estão se destacando, na profissional e na política isso vai acontecer também, entendeu. A política é a última na fila. Acho que até na profissional, acho que as mulheres também já avançaram bem. A política está lá atrás, mas eu acho que vai, acho que está avançando também, mais lentamente, mas acho que melhorou muito.

## 8 Método da Pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio de duas entrevistas livres concedidas pela vereadora Maria Regina Braga. As entrevistas foram realizadas no gabinete da vereadora na Câmara de Vereadores da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, conforme preferência da entrevistada, sendo realizadas nos dias seis de setembro e três de outubro de 2019.

As entrevistas foram registradas com gravador, com autorização da entrevistada, e as transcrições foram realizadas logo após cada encontro, procurando reproduzir fielmente o depoimento da vereadora. Os outros dados que compõem a trajetória de

vida apresentada neste caso de ensino foram coletados pelo *Facebook* da vereadora e pelo *site* da Câmara Municipal de Ouro Preto, Minas Gerais.

## 9 Objetivo do Caso para Ensino

O objetivo do caso de ensino é aprimorar a reflexão sobre as mulheres na política, no que diz respeito aos desafios da vida pessoal e da inserção na política e às barreiras encontradas para crescerem na vida pública. Além de sugerir estratégias e ações para que as mulheres possam lidar com os preconceitos e desafios relacionados a essas questões. Por último, objetiva-se preparar os/as alunos/as para elaborarem políticas públicas com o intuito de incentivar e aumentar o número de mulheres na política.

No caso apresentado, verificam-se questões relacionadas à inserção das mulheres na política e que englobam, também, os desafios de equilibrar tanto a vida profissional quanto a pessoal. Sugere-se este caso para desenvolver discussões reflexivas na graduação e nos cursos de pós-graduação, sobretudo, aqueles direcionados à Gestão de Pessoas e à Gestão da Diversidade, explorando pontos como gênero e trabalho. As disciplinas sugeridas para o uso do caso de ensino são: Gestão de Pessoas, Gestão de Diversidade, Administração e Política: carreira de mulheres; trabalho e gênero; políticas públicas.

## 10 Preparação para o Caso

A estimativa total do tempo para a aplicação do caso de ensino é de três aulas de cinquenta minutos. É importante que o/a professor/a apresente o caso e reserve um tempo, sugere-se trinta minutos, para a leitura prévia do caso pelos/as alunos/as e de artigos e/ou capítulos de livros sobre a temática (sugestões no final do caso, no tópico referências sugeridas) (etapa 1), para fornecer subsídios à discussão, principalmente em relação às dificuldades encontradas pelas mulheres para crescerem profissionalmente (em diversas áreas), e também relativas às possíveis justificativas do número de mulheres na política brasileira. O objetivo é suscitar o aprofundamento e uma discussão crítica do assunto, e, com isso, o/a professor/a poderá trabalhar com grupos com cerca de quatro alunos/as.

Primeiramente, sugere-se que os grupos trabalhem com as questões para discussão inicial, estipulando a previsão de término da tarefa em trinta minutos (etapa 2). Posteriormente, propõe-se a realização de uma discussão com todos os/as alunos/as da classe (etapa 3). Estima-se que vinte minutos sejam suficientes para as discussões. Nessa fase, é oportuno que tanto o/a professor/a quanto os/as alunos/as façam o registro dos elementos mais relevantes do caso e da base teórica que sustenta a discussão em sala de aula.

## 11 Questões para Discussão Inicial

A leitura do caso de ensino deve ser realizada no sentido de tentar identificar os aspectos da vida pessoal e da carreira política da vereadora Regina Braga. Em seguida, discuta com seu grupo as seguintes perguntas:

1. Quais foram as principais mudanças ocorridas na sociedade no que diz respeito à participação feminina na política?
2. Você acredita que o sistema patriarcal tem influência na vida da mulher contemporânea? De que forma?
3. Qual é o impacto da pequena representação feminina?
4. Quais outros desafios mulheres que atuam na política, como deputadas e senadoras, vivenciam em suas trajetórias? Busque exemplos em reportagens e redes sociais.
5. Por que é importante a maior presença de mulheres nos poderes decisórios no Brasil?
6. Se você fosse vereador/vereadora, quais projetos criaria para incentivar a diversidade sexual e de gênero no município?
7. Reflita e cite exemplos de como os estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho prejudicam as mulheres e as afastam da política.
8. A vereadora aborda sobre a Figura 1 - A princesa que se salvou sozinha. Qual a reflexão que se pode fazer dessa figura?
9. Qual é o principal desafio/barreira enfrentado pelas mulheres na política? Por quê?

## 12 Questões para o Aprofundamento dos Conceitos

Por meio da análise do caso, surgem possibilidades de repensar como incentivar o aumento do número da representação das mulheres na política, fato relevante para a sociedade contemporânea. Dessa forma, posteriormente, solicita-se que os/as alunos/as discutam e façam uma apresentação das respostas relativas às perguntas apresentadas a seguir e que haja uma discussão entre os grupos.

Sugere-se que a apresentação seja em uma próxima aula para que os/as alunos/as consigam prepará-la (etapa 4). O tempo estimado para cada grupo é de dez minutos para a apresentação (etapa 5) e, para fechar a discussão, indica-se que o/a professor/a traga elementos da apresentação para uma discussão final – cerca de quinze minutos (etapa 6).

1. Quais outras políticas públicas poderiam ser criadas para incentivar a participação das mulheres na política?
2. A Lei de Cotas foi implementada para ampliar a participação das mulheres na política. De que modo isso tem ocorrido?
3. Dê exemplos de outros países que vivem realidades diferentes da brasileira.
4. Entre na página do *Facebook* da Vereadora Regina Braga (<https://www.facebook.com>).



com/vereadorareginabraga/) e verifique as postagens e seus comentários. Sobre o que são as postagens? Há comentários preconceituosos? Se sim, reflita sobre eles. Aponte alguma postagem que você achou interessante.

O Quadro 1 apresenta as etapas para a aplicação do caso de ensino.

**Quadro 1.** Roteiro para aplicação do caso de ensino

<b>Etapas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tempo estimado</b>
<b>Etapa 1</b>	Leitura prévia do caso de ensino pelos alunos	30 minutos
<b>Etapa 2</b>	Divisão dos grupos (sugere-se 04 pessoas) e discussão das perguntas no tópico questões para discussão inicial	30 minutos
<b>Etapa 3</b>	Discussão entre os grupos sobre as questões para discussão inicial	20 minutos
<b>Etapa 4</b>	Preparação de apresentações pelos grupos sobre as questões para o aprofundamento dos conceitos	Para a próxima aula
<b>Etapa 5</b>	Apresentação dos grupos	10 minutos para cada grupo
<b>Etapa 6</b>	Discussão final do/a professor/a com os/as alunos	15 minutos

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

## Referências

- Almeida, J. T. D. (2018). *A proteção jurídica da participação política da mulher: fundamentos teóricos, aspectos jurídicos e propostas normativas para o fortalecimento do modelo brasileiro*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Araújo, C. (2016). Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 16(2), 36-61.
- Barbieri, C. C. H. C., Ramos, L. D. O., & Moraes, F. (2019). *Democracia e representação nas eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero: relatório final (2018-2019)*. São Paulo: FGV.
- Brasil. (1932). *Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932*. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Brasil. (1997). Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. *Estabelece normas para as eleições*. Recuperado de [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19504.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm).
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Câmara de Vereadores de Ouro Preto. (2019). *Vereadores*. Recuperado de [http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=9](http://www.cmop.mg.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=9).
- Carniel, F., Ruggi, L., & Ruggi, J. O. (2018). Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. *Opinião Pública*, 24(3), 523-546.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H., & Senotier, D. (2009). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, 38.
- Instituto Pesquisas de Opinião. (2018). *O lugar da mulher também é na política*. Recuperado de <https://www.ipo.inf.br/o-lugar-da-mulher-tambem-e-na-politica/>.
- Inter-Parliamentary Union. (2019). *Women in national parliaments*. Recuperado de <https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2020>.
- Krook, M. L. (2017). Violence against women in politics. *Journal of Democracy*, 28(1), 74-88.
- Krook, M. L., & Norris, P. (2014). Beyond quotas: strategies to promote gender equality in elected office. *Political Studies*, 62(1), 2-20.
- Martins, R. M., Lopes, V. R., Oliveira, I. S., & Oliveira Medeiros, C. R. (2017). Celebridade, empreendedora e estética: representações das feminidades na revista Exame. *Revista de Administração IMED*, 7(1), 70-92.

- Matos, M. (2010). Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres: novos horizontes para 2010. *Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política*, 2, 31-59.
- Navas, A. P., & Costa, I. G. (2017). Da casa ao congresso - a inserção das mulheres na política partidária: ações afirmativas para inclusão feminina nos parlamentos. *Revista Quaestio Iuris*, 10(4), 2904-2925.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), 09-41.
- Oliveira, K. P. (2013). *A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras*. Belo Horizonte: Fapemig.
- Pinto, C. R. J. (2014). Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). *Topoi (Rio J.)*, 15(29), 565-587.
- Raseam - Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. (2015). *Relatório anual socioeconômico da mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Souza, M. R. (2018). Mulheres na política: histórias de protagonismo feminino na Amazônia e a luta contra o preconceito de gênero nas instâncias de poder político. *Revista Relações Sociais*, 1(1), 25-36.
- Sow, M. M. (2010). A participação feminina na construção de um parlamento democrático. *E-Legis*, 3(5), 79-94.
- Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas eleitorais 2016*. Recuperado de <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>.
- Vaz, G. A. (2008). *A participação da mulher na política brasileira: a Lei de Cotas*. Monografia (Especialização), Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, Brasília, DF, Brasil.

### Referências Complementares

- Acosta, L. E. R., & Mayorga, D. A. C. (2018). Estilos de liderazgo político de las presidentas elegidas democráticamente en Latinoamérica: un estudio usando modelos probabilísticos. *Encuentros*, 16(1), 91-106.
- Amâncio, K. C. B. (2013). “Lobby do batom”: uma mobilização por direitos das mulheres. *Revista Trilhas da História*, 3(5), 72-85.
- Amaral, G. A. (2012). Os desafios da inserção da mulher no mercado de trabalho. *Itinerarius Reflectionis*, 2(13), 1-20.
- Araújo, R. C. B. (2003). O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estudos Avançados*, 17(49), 133-150.
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 537-572.

- Carreira, D., Ajamil, M., & Moreira, T. (2001). *A liderança feminina no século 21*. São Paulo: Cortez.
- Ceribeli, H. B., & Silva, E. R. (2017) Interrupção voluntária da carreira em prol da maternidade. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(5), 116-139.
- Dias, J., & Sampaio, V. G. (2011). A inserção política da mulher no Brasil: uma retrospectiva histórica. *Estudos Eleitorais*, 6(3), 55-92.
- Grossi, M. P., & Miguel, S. M. (2000). Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 167-206.
- Pinto, C. R. J., & Silveira, A. (2018). Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). *Opinião Pública*, 24(1), 178-208.
- Vale, M. S. (2018). A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal. *Revista Relações Sociais*, 1(3), 0539-0544.